

CÓD. ACERVO: 96603
CÓD. EXEMPL: 9919903

TRF - 1ª REGIÃO - BIBLIOTECA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ

21
SUMÁRIO

ENTREVISTA



6 DIREITO SOCIETÁRIO
ENTRAVES JURÍDICOS PARA O INGRESSO DAS STARTUPS NO MERCADO DE CAPITAIS

Em entrevista exclusiva à *Consulex*, o Advogado MARCELO GODKE VEIGA esclarece que, apesar do discurso governamental de incentivo ao empreendedorismo, há muito a ser feito no âmbito do Direito brasileiro para se fomentar a inovação tecnológica, principalmente no que tange ao Direito Societário, que padece de institutos jurídicos adequados ao desenvolvimento tecnológico. Para as atividades empresariais de menor porte, a sociedade limitada se afigura, em seu entendimento, a forma societária mais adequada. Mas, se uma startup adotar esta forma, terá inúmeras consequências indesejadas, alerta, principalmente no que diz respeito à formação adequada de sua estrutura de capital e ao acesso ao mercado de capitais. Resta às startups, portanto, adotar a forma de sociedade anônima, que é cara e vai contra a lógica das jovens sociedades inovadoras, pontua.

CAPA



24 NOVA LEI DE EXECUÇÃO PENAL
UM PANORAMA GERAL

O início de 2015 traz ao profissional do Direito um olhar crítico sobre as matérias que vêm sendo apreciadas pelo Legislativo e a perspectiva de aprovação de regramentos que devem mudar substancialmente o Direito vigente e alterar a realidade social de forma positiva. Nessa esteira, os debates sobre a Reforma da Lei de Execução Penal (nº 7.210/84), na forma do Projeto de Lei do Senado nº 513/13, que traz propostas como a implementação do processo de execução penal eletrônico; mudanças nas condições gerais das instalações penitenciárias; o uso de parcerias público-privadas para construção e melhoria dos prédios prisionais; novas perspectivas para o trabalho de presidiários; a ressocialização e reintegração dos egressos; o respeito aos direitos humanos do condenado e do egresso, entre outras, tornam-se urgentes. As diversas impressões dos doutos articulistas compõem um panorama geral que merece atenção do leitor.

ARTIGOS

DESTAQUE
Controvérsias que persistem
23 Josef Barat

CONJUNTURA
ICMS e ISS – Exclusão da base de cálculo do PIS e da Cofins
45 André Felipe Batista dos Santos

OBSERVATÓRIO JURÍDICO
Juridicidade da responsabilidade objetiva na Lei Anticorrupção
46 Alex Vasconcellos Prisco e Ricardo Rielo Ferreira

TENDÊNCIAS
Teoria dinâmica do ônus da prova no processo coletivo
51 Renata Morbeck Coelho Oliveira

IN VOGA
Sobre o álcool e outras drogas
54 Gil Fleming

CONTEXTO
Judicialização da política e ativismo judicial – Uma distinção necessária
56 Amandino Teixeira Nunes Junior

PORTAL JURÍDICO
Justiça penal da humilhação – O emprego de algemas
58 João Gaspar Rodrigues

ENFOQUE
Autos de prisão em flagrante decorrentes das operações das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, em comunidades do Rio de Janeiro, e o delito de incitamento previsto no Código Penal Militar
60 Luciano Moreira Gorriilhas

DOCTRINA
As peculiaridades da declaração de morte presumida para fins exclusivamente previdenciários
63 Larissa de Barros Pontes

PONTO DE VISTA
Compliance – Auxílio no combate à corrupção
66 Samuel Suss

SEÇÕES

- 4 Com a palavra...
- 9 Crítica & Autocrítica
- 10 Indicadores Econômicos
- 11 Cartas & Críticas
- 12 Direito Internacional
- 16 Pannel do Leitor
- 18 Propostas e Projetos
- 20 Direito e Bioética
- 22 Pannel Econômico